

# Paixões derrotaram a razão nas democracias

*Em entrevista à Folha, Pierre Rosanvallon discute a linguagem de populistas como Trump e o voto de pobres em bilionários*

**Eduardo Sombini entrevista Pierre Rosanvallon**

**[RESUMO]** [Pierre Rosanvallon](#), referência em estudos sobre as democracias contemporâneas, afirma à **Folha** que, em sociedades divididas e polarizadas, práticas sociais como a vigilância sobre as instituições precisam ser aprofundadas para enfrentar a desconfiança dos cidadãos com o sistema político. Para o historiador francês, os novos populismos mostraram que a questão cultural passou a estruturar a dinâmica social e que a democracia, antes o conflito racionalizado de interesses, se tornou o confronto desenfreado das paixões.

[Pierre Rosanvallon](#) anda pelas ruas pedregosas de Tiradentes e rememora as suas primeiras viagens à América do Sul —jantares no topo do edifício Itália e encontros com um FHC ainda sociólogo, em São Paulo, e uma Machu Pichu intocada pelo turismo de massa. "Tenho 77 anos", diz o historiador francês em um tom bem-humorado, justificando as lembranças de décadas atrás.

[Professor emérito do Collège de France](#), joia da coroa do sistema universitário do país, Rosanvallon ganhou notoriedade por seus trabalhos, nos anos 1990, sobre a história intelectual da política francesa.

Na década seguinte, se voltou às transformações das democracias, em uma perspectiva que se afasta da narrativa dominante de crise dos regimes representativos. O historiador propõe o aprofundamento dos poderes informais das sociedades para enfrentar a erosão da confiança nas instituições e da legitimidade democrática. "[A Contrademocracia](#)", "[A Legitimidade Democrática](#)", "[A Sociedade dos Iguais](#)" e "[O Bom Governo](#)" compõem a sua tetralogia sobre o tema —a Ateliê de Humanidades vem editando os seus livros no país.

Rosanvallon voltou ao Brasil em novembro, dessa vez para uma estadia de duas semanas em Minas Gerais, a convite do IEAT (Instituto

de Estudos Avançados Transdisciplinares) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), onde ocupa uma cátedra.

Em Tiradentes, o historiador participou de um seminário com pesquisadores reunidos sob a batuta de [Leonardo Avritzer](#), professor de ciência política da universidade, e expôs as linhas-mestre do seu novo livro, sobre a história do futuro. A obra deve explorar por que a nossa compreensão do que está por vir não se traduz em ações coerentes —o pano de fundo, obviamente, é a [crise climática](#). O repórter acompanhou a atividade.

Rosanvallon argumentou que a modernidade instaurou o presentismo, uma temporalidade que confinou as sociedades ocidentais ao domínio do curto prazo, e apresentou exemplos de séculos passados: o desaparecimento das florestas na França, o esgotamento do carvão na Inglaterra e a extinção dos bisões no Oeste dos Estados Unidos. Três casos de destruição nada animadores para imaginar o futuro da humanidade.

Em entrevista à **Folha**, o historiador se concentra nos impasses das democracias contemporâneas, nas características da linguagem de [Donald Trump](#) e de outros populistas e na supremacia das paixões, sobretudo as negativas, na política do presente.

"O populismo que triunfa define um novo adversário. Não é mais a questão social, é a questão cultural que aparece como o novo conflito que estrutura as sociedades", afirma.

## **DEMOCRACIA E ELEIÇÕES**

O ponto de partida da minha reflexão está ligado à constatação de que o momento eleitoral, fundador da democracia, não é suficiente para mantê-la viva. A eleição instaura a legalidade das instituições, mas a democracia não é simplesmente a legalização periódica dos governantes.

A democracia se define também por uma interação permanente entre o poder e a sociedade, que assume um conjunto de formas que chamo de funcionalidades democráticas. As instituições democráticas estão a serviço dessas funcionalidades.

## **FUNCIONALIDADES DEMOCRÁTICAS**

Em primeiro lugar, há a legitimação social dos governantes. Essa é a mais elementar, porque está ligada ao voto, mas há um conjunto de outras funcionalidades. Por exemplo, organizar a permanência dessa interação: formas de vigilância sobre os poderes, que contam com instituições, como as Cortes constitucionais, mas que também devem envolver uma atividade da sociedade.

Jeremy Bentham, um dos grandes filósofos da política, dizia que a democracia não é só a voz do povo, é também o olho do povo. A grande diferença é que a voz só se faz ouvir periodicamente, por meio de eleições e protestos, enquanto o olho pode permanecer aberto o tempo todo. O poder não existe sem contrapesos.

A representação é outra funcionalidade. A democracia é o regime em que existem formas de representação permanente do povo, o que significa tornar presentes, no debate social, as realidades vividas na sociedade. A representação não é apenas um mecanismo de delegação, é um mecanismo de figuração das realidades sociais.

Outra funcionalidade é o exercício das sanções. Como sancionar os poderes se eles não cumprem bem a sua missão ou não respeitam as regras de direito que os organizam? Uma das primeiras funções do Parlamento inglês, já no século 14, foi o impeachment. Essa função também é cumprida pela repetição das eleições. É muito importante que exista uma corda de segurança na democracia.

Todas essas funções têm um objetivo: assegurar a vitalidade democrática. A democracia não é simplesmente um modo de instituição dos poderes, é o desdobramento de todas as modalidades que permitem essa interação permanente entre o poder e a sociedade. Por isso, a relação entre intermitência e permanência é muito importante.

A partir do momento em que o sufrágio universal moderno surgiu, houve a tentação de pensar que as eleições bastariam para resolver tudo. Vemos que, em sociedades como as nossas, a definição da permanência democrática assume uma importância muito maior. O descontentamento dos cidadãos está frequentemente ligado ao estreitamento das funcionalidades democráticas. O próprio populismo pode ser definido como uma forma de democracia mínima.

## **UMA ERA DE DEMOCRACIA IMPOLÍTICA**

Podemos falar de uma sociedade impolítica no sentido de que a política "dos políticos" parece distante dos cidadãos. A indiferença política consiste em expressar uma dúvida sobre a eficácia dos regimes em seguir a vontade cidadã. É uma dúvida generalizada que decorre, para alguns, da experiência vivida e, para outros, da distância que existe entre os partidos políticos e a sociedade.

A solução, porém, não é simplesmente dizer que é preciso se interessar mais pelas eleições. É preciso se interessar mais pelas funcionalidades democráticas.

Se o número de pessoas que não vota cresce, a legitimidade dos regimes é enfraquecida. Precisamos reforçar a legitimidade democrática dos governos, mas não podemos reforçá-la a partir de princípios excessivamente gerais. É preciso reforçá-la por uma pedagogia e um engajamento mais frequentes dos cidadãos na política —em uma política que passa por situações concretas

A demanda cidadã é, antes de tudo, ser ouvido. Não ser ouvido é a primeira forma de distanciamento. A sociedade civil é frequentemente sufocada por discursos incessantes da política, mas não é só a voz política, é o ouvido político que deveríamos pensar mais em mobilizar.

## **LIMITES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR**

A grande dificuldade das experiências de participação é que, até agora, não encontramos a maneira certa de fazer com que todos os cidadãos se tornem parte interessada no processo. Foram experiências extremamente interessantes para poucas centenas de pessoas, mas que tendem a permanecer em círculo fechado.

Hoje, percebemos melhor a dinâmica dessas experiências, mas isso reforça o fato de que elas são muito insuficientes se não encontrarmos os meios para que se tornem um assunto da sociedade. Nisso, acredito que ainda estamos, de certa forma, na infância da democracia. Exploramos bem todos os problemas colocados pela formação das democracias eleitorais representativas, mas ainda não plenamente o que eu chamaria de democracias de interação.

É preciso entender que a própria democracia eleitoral tem sido uma história de experimentação permanente —uma história de inovação, de fracassos, de excessos, de desvios. Agora, é preciso passar à segunda esfera de experimentação e não pensar que existe uma fórmula mágica —mesmo para as eleições não existe fórmula mágica.

Ainda não entramos nessa era de experimentações permanentes no que diz respeito à democracia de interação, que eu distinguiria da democracia de instituição.

## **CONTRADIÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS**

Os partidos políticos, quaisquer que sejam, sentem que a sua função principal é a batalha eleitoral. Talvez eles preferissem, idealmente, outro tipo de democracia, mas, na realidade, o trabalho cotidiano é dedicado à disputa das próximas eleições e 100% da energia deles está concentrada nisso.

Isso traz uma questão muito importante: os partidos políticos não existiam nas primeiras formas de democracia. Eles nasceram gradualmente com o sufrágio universal por uma razão técnica: era preciso canalizar o eleitorado e os partidos foram estruturas de organização da massa de eleitores.

Mas essa funcionalidade material foi, ao mesmo tempo, constantemente criticada —se dizia que a vontade geral era a expressão do povo. Os partidos, ao mesmo tempo que desempenham esse papel técnico, acabam, de certa forma, confiscando a energia democrática. É por isso que, durante a Revolução Francesa, os partidos eram estritamente proibidos.

Em grande parte, a racionalidade da ação dos partidos é ditada pelas preocupações com a reeleição e pelas necessidades ligadas à gestão dos próprios partidos. Ou seja, os partidos se tornaram a sua própria finalidade. Essa é uma contradição da qual não sairemos. Não podemos sonhar com partidos milagrosos. Os únicos que pensaram assim foram os partidos populistas.

## **PARTIDOS POLÍTICOS E POLARIZAÇÃO SOCIAL**

Os partidos populistas têm como característica dizer: nós inventamos uma nova forma de partido em que o partido é o povo inteiro e esse povo inteiro se sente representado na figura de um líder. As dificuldades de interação são suprimidas pelo fato de que há um princípio de comunhão entre uma população e um líder —a definição de [Gaitán](#), o primeiro grande teórico do populismo. Ele dizia que a característica própria do populismo é pensar que existe um homem-povo, um homem que é a encarnação do povo.

Essa é a maneira populista de escapar das contradições e dos limites do sistema partidário, mas isso talvez mostre que estamos em um momento em que nossas democracias esperam ou precisam de novos tipos de instituições democráticas. Inventamos os partidos. Muito bem, foi realmente uma invenção, discutida com as suas vantagens e os seus inconvenientes. Todas as democracias foram pensadas como expressão da unanimidade: o povo é sempre uno. Desde então, se houver inimigos, eles devem ser expulsos do povo.

Mas, agora, constatamos que as nossas sociedades são estruturalmente divididas como sociedades de classe. A utopia socialista estava ligada à expressão de uma nova unanimidade. Hoje, vemos bem que não haverá unanimidade, porque é normal que existam conflitos de interesse e divergências filosóficas. Além disso, é inevitável que existam mal-entendidos, que precisam ser tratados para que sejam superados.

Portanto, os partidos políticos deveriam, aos poucos, ser também aqueles que tentam racionalizar as divisões sociais. Hoje, na maioria das vezes, eles não assumem essa função, mas se apoiam nessas divisões para obter vantagens. Os partidos são organizadores da polarização, com o objetivo de construir uma polarização que lhes seja favorável.

Mas fica uma questão aberta: assim como os partidos buscaram organizar o eleitorado, não será preciso encontrar órgãos e formas de representação e de vigilância dos poderes fora dos partidos? Acredito que o futuro da democracia não passa por uma reforma ilusória dos partidos. Talvez seja possível reformá-los um pouco, mas é preciso dar forma às funções que mencionei e tender a institucionalizá-las —não necessariamente como instituições centrais, mas lhes dando uma forma de expressão e de existência organizada.

Isso pode ocorrer no que diz respeito à representação, à vigilância e ao controle. Podemos traduzir essas diferentes funcionalidades em termos práticos. Há embriões de tudo isso, mas pode ser importante encontrar meios de lhes dar mais força.

## OS POPULISMOS DE ONTEM E DE HOJE

Os populismos clássicos não são tão antigos: na [América Latina](#), [Perón](#) e [Vargas](#) e, no período mais recente, [Chávez](#). Tanto o populismo de Perón quanto o de Vargas foram regimes autoritários, mas que pretendiam se voltar para o povo, enquanto Chávez era claramente definido como a favor do povo, com uma perspectiva de esquerda.

Mas digamos que havia uma dimensão social pronunciada em todos os casos, de um Executivo forte, ligado à implementação de um sistema de organização da sociedade, da economia e, sobretudo, dos órgãos intermediários [como partidos e sindicatos]. O populismo contemporâneo é um populismo de destruição dos órgãos intermediários. É um confronto direto entre o poder e a sociedade.

É também um novo estilo de populismo, que dá muito mais importância a uma função performativa da linguagem. Claro, todos os populistas são mestres do discurso. Todos foram grandes oradores, mas oradores de dinamização da sociedade. Hoje, também são oradores poderosos, mas têm a função de dividir —a sua linha é se apresentar como defensores contra um perigo vital para a sociedade. Nos EUA, dirão que o perigo vital é o "[wokismo](#)". Em outros lugares, que são os imigrantes. Mas a determinação do perigo se torna, de certa forma, a essência da política.

Não se trata mais de resolver problemas, mas de nomear o inimigo. O simples fato de nomear o inimigo ou a ameaça se torna a maneira de organizar a política.

A política é organizada mais para mostrar que o discurso é forte o suficiente para travar uma guerra contra esses inimigos. Vemos isso hoje ao olhar para Trump: a guerra permanente contra os diferentes e uma guerra violenta, quando as novas milícias do [ICE \(Serviço de Imigração e Alfândega\)](#) são mandadas às ruas para caçar as pessoas.

Há ainda um novo estilo. O populismo antigo era um populismo da convicção do calor coletivo. Hoje, a característica desses populismos é um tipo de linguagem completamente diferente, que não pretende criar uma emoção compartilhada, mas uma excitação que substitui a ação. Ou seja, é uma linguagem da denúncia e da excitação, que se quer performativa. O seu extremismo é em si mesmo, supostamente, uma ação eficaz.

Uma diferença sociológica também os diferencia. A América Latina é o continente por excelência dos populismos tradicionais. Não existia equivalente na Europa, na Ásia ou na África. Hoje, vemos formas do novo populismo em todo o mundo.

O populismo que triunfa define um novo adversário. Não é mais a questão social, é a questão cultural que aparece como o novo conflito que estrutura as sociedades.

## CRISE CLIMÁTICA E PRESENTISMO

No papel, o diagnóstico que temos mostra a urgência de agir. No entanto, essa urgência teórica não se reflete o suficiente na prática. Por quê? Ela permanece intelectual. Vivenciamos a experiência da mudança climática, mas ela não está conectada ao que é decisivo: as decisões públicas e os comportamentos individuais.

Claro, podem existir decisões públicas de longo prazo, mas elas nem sempre são populares porque têm um impacto nos recursos do presente. Essas políticas públicas não podem se desenvolver, seja porque os regimes são totalitários e a sociedade não tem voz, seja porque não estão suficientemente interiorizadas onde a sociedade tem voz.

Como interiorizá-las? Encontrando meios de criar horizontes sensíveis para essas questões. É evidente que, individualmente, podemos pensar em nossos filhos ou netos. Muitas pessoas se preocupam com a sua herança, mas ainda não se preocupam com o problema da herança climática —e talvez esse seja o elemento mais importante do seu legado.

Essa relação entre as gerações me parece a chave pela qual se pode dar um rosto concreto às questões relacionadas à busca de soluções para os problemas climáticos.

## **DEMOCRACIA DA RAZÃO, DEMOCRACIA DAS PAIXÕES**

O novo prefeito de Nova York, Zohran Mamdani, é um prefeito clássico de esquerda. Se foi eleito, é porque toda uma parte da população enfrentava dificuldades materiais consideráveis, cuja gravidade não parava de aumentar. Portanto, é o reconhecimento do fracasso dos representantes democratas anteriores em resolver essas questões.

Também é uma aposta no futuro. A chegada dessa nova figura ao mundo político americano tem motivações eleitorais evidentes, mas ainda não vemos como vai se encarnar em uma política que corresponda a seus objetivos.

Ao mesmo tempo, o prefeito de Nova York continua nos EUA, com todas as limitações do sistema de saúde e da previdência do país. Do ponto de vista europeu, é difícil imaginar que um país tão rico quanto os EUA enfrente situações como alguém precisar hipotecar os seus bens para fazer uma cirurgia.

Não vimos, em nenhum momento, Trump fazer referência a essas questões. Mais ainda, temos a impressão de que todo um conjunto de pessoas que vive essas situações acabou, mesmo assim, votando em Trump.

Isso mostra que não há mais necessariamente uma relação entre as condições sociais e o voto. Antes, era muito simples: o voto acompanhava os interesses econômicos. Hoje, o voto segue elementos de reconhecimento de si e elementos de constituição da identidade na diferença com os outros.

Dessa forma, muitos outros fatores entram em jogo e permitem compreender por que pessoas que vivem situações extremamente difíceis se unem aos ultrabilionários. Não é porque têm os mesmos interesses econômicos, mas porque compartilham ódios, rejeições, frustrações e paixões.

Isso mudou muito. Durante muito tempo, a democracia foi o conflito racionalizado de interesses. Hoje, a democracia é menos o conflito racionalizado de interesses e mais o conflito desenfreado das paixões e, sobretudo, das paixões negativas, ou seja, da rejeição.

Há um motivo para isso: a democracia da razão não encontrou os meios para se afirmar o suficiente e foi derrotada pela democracia das paixões. Essa é a triste realidade em muitos lugares. As paixões são próximas da vida das pessoas, e a razão é uma intermediação, é muito mais distante. É mais fácil comungar nas paixões que na razão.

## **PIERRE ROSANVALLON, 78**

Doutor em ciências da gestão pela Universidade Paris-Dauphine e doutor em história pela EHESS (Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais). Professor emérito do Collège de France, onde ocupou, de 2001 a 2018, a cátedra de história moderna e contemporânea do político, e diretor da [revista La Vie des Idées](#). Autor, entre outros livros, de "A Contrademocracia: a Política na Era da Desconfiança" (2006) e "O Século do Populismo: História, Teoria, Crítica" (2020).

O repórter viajou a Tiradentes a convite do IEAT (Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).